

ATA Nº. 15

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
28-02-2020

--- No dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **Luís Filipe Alves Ribeiro Antunes**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelas Senhoras **Lúcia Dias Abelha** e **Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

---Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros:

--- Em representação do **Partido Socialista**: -----

---António Manuel dos Santos Rodrigues, Ricardo José Pires Antunes, Manuel António Simões Martins, Carlos Belo Duarte Alfaia, António Manuel Henriques Miguel, Liliana Patrícia Gomes Rodrigues e Fernando Jorge Vieira Maurício. -----

--- Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

--- António José Maia de Mascarenhas, Manuel João Pires Faria, Maria João Gil dos Santos Grácio, Carlos Alberto Alves da Silva, Fernando Adelino Soares Barroso e Susana Paula de Matos Vieira da Cruz.-----

---Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

--- Carlos Manuel Godinho Matias, Pedro Miguel da Silva Santos e Reinaldo de Jesus Rodrigues Amarante Tentado .-----

--- Em representação do **Centro Democrático Social-Partido Popular**: -----

-- Pedro Miguel Faria Gonçalves.-----

--- Em representação da **CDU-Coligação Democrática Unitária**:-----

--- António Silvino da Costa Ferreira.-----

---Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: ----

---Rui Cardoso Maurício. -----

---Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

--- Ezequiel Soares Estrada. -----

--- Estiveram presentes pela **Câmara Municipal** o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Srs. Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Tília dos Santos Nunes, Jaime Manuel Gonçalves Ramos, José Miguel Filipe Baptista e Marco Filipe Sá Geração. -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos.-----

---Continuando, o senhor **Presidente da Assembleia** solicitou que, tendo em conta os vários assuntos constantes da ordem do dia, todos os intervenientes fizessem as suas intervenções com a maior objetividade e clareza possíveis. -----

--- Pediu ainda que todas as intervenções que sejam feitas e que os Srs. Deputados pretendam ver incluídas em ata sejam enviadas, com a maior brevidade, para o e-mail da Assembleia Municipal, de forma a facilitar e agilizar a realização da ata.-----

--- Informou também o senhor **Presidente da Assembleia** que hoje não temos a habitual presença do entroncamentoonline, dado que o Sr. Miguel comunicou a sua impossibilidade em assegurar este trabalho e não sabe se virá no futuro, o que lamenta, dado ser esta uma

forma de estarmos mais próximos da população. Tem sido um serviço público de qualidade que tem sido prestado e vai fazer muita falta porque levava-nos até às pessoas. Muitas pessoas gostavam de acompanhar os debates da Assembleia Municipal. Esperamos que o Sr. Miguel reconsidere, porque é um trabalho extremamente útil.-----

--- Os trabalhos tiveram início com a **aprovação da ata número catorze**, relativa à Sessão Ordinária de 27 de novembro de 2019, tendo o deputado Pedro Gonçalves (CDS-PP) feito a seguinte intervenção: -----

--- «Conforme referi na última Assembleia, não concordo com a maneira como as Atas são elaboradas e relembro o Ponto 1 do artigo 34.º do CPA, que diz: “De cada reunião é lavrada uma ata que contém o resumo de tudo o que nela tenha ocorrido e seja relevante para conhecimento e apreciação da legalidade das deliberações tomadas. A palavra relevante é a palavra chave. O que pode ser relevante para mim pode não o ser para outra pessoa. Mas não é por isso que deixarei de votar a ata e de a aprovar. Porém, não é este o procedimento que favorece a democracia assim como a transparência do Órgão. Eu próprio não trago as minhas intervenções completamente escritas, pois dos debates surgem situações que não estão escritas nem apontadas e nem são pensadas antecipadamente. Logo, é demasiado difícil enviar todas as minhas intervenções para o secretariado da Assembleia para que sejam contempladas.-----

Repare-se que nesta ata temos uma informação do PSD que contém gráficos que não foram apresentados na sessão. Sei que é uma declaração de voto e o PSD está no direito de os incluir, porém eu não os vi na sessão, apenas os vi agora quando recebi a ata. Não sei se deva votar uma ata onde estão explanados alguns recursos de que não tivemos conhecimento.»--

--- **O Sr. Presidente da Assembleia**, respondendo ao deputado Pedro Gonçalves, leu o artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal que refere: “De cada sessão ou reunião é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da sessão ou reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto da ata ter sido lida e aprovada.” É isto que temos feito, até com demasiado pormenor. Temos atas com mais de vinte páginas, em que fica registado tudo o que os Srs. Deputados dizem. Isto que está aqui foi discutido quando aprovámos o Regimento. Este não é um bom argumento. Quanto à declaração de voto do PSD, a mesma foi de facto entregue após a sessão. Repetindo, de cada sessão é lavrada ata que deverá conter o resumo e nós colocamos tudo o que os Srs. Deputados dizem. No entanto, pergunto ao Sr. Deputado se houve algo que o Sr. disse que não está lá escrito. A ata foi distribuída a todos há mais de três semanas, pelo que teve tempo para apresentar as suas declarações ou sugestões.-----

--- Colocada a ata à aprovação e tendo participado na votação todos os senhores deputados presentes naquela sessão, foi a mesma aprovada por maioria, com o voto contra do deputado **Pedro Gonçalves (CDS-PP)**, o qual, porém, não mencionou qualquer erro, incorreção ou omissão à ata sujeita a votação.-----

---- De seguida passou-se ao **PAOD – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo sido feitas as seguintes intervenções:-----

--- António Ferreira (CDU) que apresentou a seguinte **Mocção**:-----
-----“Pela criação das Regiões Administrativas-----

Instituir as Regiões Administrativas, mais do que um imperativo constitucional, é uma necessidade reconhecida para promover o desenvolvimento regional, aprofundar a democracia e reorganizar a administração do Estado.-----

Esmagar a autonomia e a capacidade de realização das autarquias locais sob o peso de múltiplas tarefas e encargos para execução de políticas centralmente decididas não promove nenhum daqueles objetivos essenciais da regionalização. -----

Eleger, por um colégio restrito, titulares de órgãos de direção de organismos desconcentrados da administração (que estão vinculados a executar as opções do governo e submetidos à sua tutela integrativa) também não promove os princípios da regionalização prevista na constituição.-----

A definição de um calendário e metodologia visando a instituição em concreto das Regiões Administrativas até às eleições para as autarquias locais em 2021, constituiria uma oportunidade para efetuar a descentralização que o País carece.-----

Não se pode deixar de assinalar que aqueles que ciclicamente reiteram o seu apego à Regionalização e os que repetidamente lamentam a desertificação, o abandono do interior e as assimetrias territoriais, tenham na Assembleia da República contribuído com o seu voto para impedir que se desse realização ao que a Constituição da República Portuguesa consagra há mais de quatro décadas.-----

Não se pode continuar a negar a regionalização como avanço indispensável ao desenvolvimento regional e à própria afirmação da autonomia do poder local.-----

Nestes termos, a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão no dia 28 de Fevereiro de 2020 delibera:-----

1 – Manifestar o seu protesto face ao resultado que impôs novo adiamento ao processo da Regionalização e reiterar o empenho desta autarquia em prosseguir a sua acção para a concretizar;-----

2 – Denunciar o propósito de, mais uma vez, atrasar o processo de regionalização com o pretexto da pretensa democratização das CCDR;-----

3 – Reafirmar a necessidade urgente de instituir, em concreto, as Regiões Administrativas no Continente.-----

4 – Manifestar a sua preocupação com o chamado processo de descentralização pelo que contende com a autonomia das autarquias locais (principalmente ao transferir competências para concretizar atribuições do Estado e da administração central), com a universalidade de direitos sociais fundamentais (como a saúde e a educação), e por transferir, de facto, encargos inoportunos.”-----

--- Acerca desta Moção foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Carlos Matias (BE):** A bancada do Bloco de Esquerda está de acordo com o conteúdo da Moção proposta pela CDU. Consideramos que, de facto, é necessária uma descentralização de funções, quem está mais perto dos problemas está em melhores condições para os resolver. Consideremos, no entanto, que da maneira como ela foi feita não resolve os problemas, porque não assegura a democracia regional e, por outro lado, cria o problema de não existir escala suficiente para receber recursos financeiros e técnicos para o bom desempenho das funções que são descentralizadas. Consideramos que é preciso criar as autarquias regionais tal como está estabelecido na Constituição, assegurando que as regiões tenham voz para permitir dar coerência às diversas políticas dos territórios, para assegurar que as populações são ouvidas e podem deliberar sobre as políticas que lhes são aplicadas e também para garantir que existe equidade na prestação de serviços públicos em cada uma das regiões. A política regional, como se encontra atualmente, não garante a democracia e dou um exemplo: durante 15 dias, em janeiro, estiveram em debate público as opções estratégicas 20/30 na CCDR Centro. Pergunto se alguém nesta sala teve conhecimento deste debate e se participou, isto é, as opções

estratégicas para a região Centro para a década de 20/30 estiveram a debate público durante 15 dias e praticamente ninguém soube. Quando a democracia regional está a este nível, vamos muito mal e as soluções não são as melhores ou não são tão boas como as que seriam asseguradas se houvesse democracia regional e se houvesse regiões.-----

--- **Ricardo Antunes (PS)**: A bancada do Partido Socialista vê com alguma estranheza que se coloquem aqui questões como atrasar um processo de criação de uma plataforma regional que conheça melhor a realidade do território. Efetivamente, a Constituição não se refere à regionalização, fala em regiões administrativas. Não obstante, há uma questão de princípio e todos reconhecemos que a proximidade é um fator essencial para a promoção do desenvolvimento dos territórios. Neste momento, quanto às CCDR's já temos exemplos de várias dificuldades, mas é entendimento da bancada do Partido Socialista que todas as formas de aproximar o governo central da administração local são positivas. E a regionalização, inclusivamente, deve ser colocada à consideração. Isto implicaria um processo de referendo que, provavelmente, dilataria a implementação de maior proximidade do Poder Central às Autarquias Locais e assim começarmos a evitar fenómenos de interioridade que geram ciclos necessários nas economias locais mais interiorizadas. A bancada do Partido Socialista é também a favor de que sejam transferidas competências para as Autarquias Locais desde que elas entendam que têm capacidade para as desempenhar. E isto porque, ao contrário de uma ideia que foi sendo estabelecida ao longo dos anos, que é a governação local que gasta mais despesa pública, é essa despesa pública que ocorre às necessidades básicas das populações, para que, de forma mais célere, os territórios se desenvolvam. Atendendo a estes considerandos, não poderemos aprovar esta Moção da CDU.-----

--- **António Ferreira (CDU)**: Em conclusão, referiu discordar das afirmações do Partido Socialista, até porque, não estando a regionalização prevista na Constituição, como é que existem regiões administrativas autónomas, quer na Madeira, quer nos Açores. Aquilo que necessitamos de facto é de criar as regiões. Por não termos essa regionalização é que temos as CCDR's, instrumento criado para substituir a falta das regiões, mas nunca as substituiu. A regionalização deverá servir de intermediário entre o Governo Central e as Autarquias Locais, com uma dimensão que as Autarquias não têm.-----

VOTAÇÃO DA MOCÃO DA CDU:-----

--- Colocada à votação esta Moção apresentada pela CDU, foi a mesma rejeitada por maioria, com dez votos contra do Partido Socialista, seis votos contra do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto contra do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos contra dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

--- Seguidamente o deputado **Carlos Matias (BE)** apresentou também a seguinte **Mocção:**-----
“Na diversidade de sistemas de transportes que serve o país, o transporte ferroviário é, cada vez mais, (re)considerado modo de transporte com futuro. É muito menos poluente do que a rodovia ou o avião, fator essencial no momento em que se acentuam os esforços para reduzir a poluição, causadora de profundas e, por vezes, catastróficas alterações climáticas. A título de exemplo, segundo a Associação ambientalista ZERO, o transporte de avião entre Lisboa e Porto polui cinco a nove vezes mais do que o transporte em comboio. E, pelos cálculos da associação francesa *Réseau Action Climat*, o transporte aéreo é “responsável por 4,9% do aquecimento global”.-----
Além disto, o comboio tem muito mais capacidade de carga de passageiros ou mercadorias do que outros modos de transporte e é menos ruidoso. Hoje, com composições que permitem atingir altas velocidades já é, inclusivamente, alternativa para médias distâncias, no plano internacional.-----

No nosso país, é essencial o eixo ferroviário norte-sul, entre Braga e Faro, aí compreendendo a Linha do Norte. Ao longo deste eixo, reside a esmagadora maioria da população do País, com destaque para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Aí está fixada a maioria das atividades económicas.-----

As ligações desse eixo para o interior do continente são essenciais a todo o esforço de recuperação das iniquidades territoriais que atingem regiões economicamente mais débeis, mais despovoadas e mais envelhecidas.-----

Nos últimos anos, tem vindo a ser reavaliado e revalorizado esse papel essencial da ferrovia no desenvolvimento equilibrado do país. E, por consequência, têm vindo a ser apontadas as nefastas consequências de décadas de abandono da ferrovia, de encerramento de linhas e estações, desinvestimento nas infraestruturas, nas empresas do sector e na sua capacitação técnica. -----

A esta luz, o parque industrial e, em particular, a estação ferroviária do Entroncamento revela-se de novo e cada vez mais como essencial ao país e à sub-região do Médio Tejo.----

O futuro do país exige uma estação do Entroncamento moderna, encarada não simplesmente como mais um lugar onde ocasionalmente alguém toma ou se apeia de um comboio, mas como um verdadeiro interface de modos de transporte, apto a receber milhares de passageiros.-----

Tal exige infraestruturas modernas, condições de conforto, segurança adequada, serviços associados. E, da parte dos operadores, exige maior oferta de comboios, confortáveis e com horários ajustados às necessidades da procura atual e futura.-----

Sabe-se que, neste momento, tal não existe, após anos de incúria e de opções erradas. Basta ver as deploráveis condições em que se faz o atravessamento das linhas, onde, em vez de uma passagem sob as linhas, existe uma passagem superior que deveria envergonhar quem a mandou lá colocar. Ou ter em conta que, há escassos dias, uma passageira acometida de doença súbita foi evacuada numa cadeira de rodas, através dos elevadores, por dificuldade de aproximação da ambulância.-----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, interpretando estas preocupações e assumindo uma visão prospetiva, considera ter chegado a hora em que não mais podem ser adiadas e concretizadas as opções certas, que verdadeiramente servem o país e a região.-----

Nesse sentido, a Assembleia Municipal do Entroncamento, considera prioritário que, aos mais diversos níveis, sejam tomadas decisões que, no mais curto prazo, assegurem:

- A conclusão da modernização e ampliação da linha do Norte, com quadruplicação nalguns troços, por forma a aumentar a sua capacidade;-----

- A colocação ao serviço de mais circulações, sobretudo entre Lisboa e Entroncamento, com horários e marchas ajustadas às necessidades dos passageiros, cujo número aumentou muito, após a adoção do PART;-----

- A dotação de mais carruagens nas circulações existentes, com melhores condições de conforto para os passageiros;-----

- A criação e/ou restabelecimento de mais ligações ao interior, a partir do Entroncamento, caso de Elvas e Badajoz.-----

- Um forte investimento público na estação ferroviária do Entroncamento, encarada como um verdadeiro *hub* intermodal, dotado de mais conforto, mais segurança e de mais serviços associados.”-----

--- Contextualizando esta Moção, o deputado **Carlos Matias (BE)** informou que esta surge no momento em que está a ser revalorizado o transporte ferroviário a nível nacional, em que há um esforço de investimento a nível nacional. Hoje, o comboio é um transporte muito menos poluente que outros, permite deslocar grandes cargas, é menos ruidoso e está de

acordo com as necessidades de combate às alterações climáticas. Começa-se a olhar de novo para a ferrovia como uma alternativa de futuro e o Entroncamento encontra-se no principal eixo ferroviário de norte a sul do País. O futuro do País exige uma estação moderna, encarada como um verdadeiro interface apto a receber milhares de passageiros que cruzam a nossa região, e cujo número aumentou muito após a adoção do PART. Tal exige infraestruturas modernas, mais conforto, segurança e serviços associados e exige, da parte dos operadores, maior oferta de comboios, com horários ajustados às necessidades da procura, o que não existe neste momento, em resultado de décadas de abandono da ferrovia. Deve ser aplicada a Ferrovia 2020, cuja concretização está atrasada, reforçando a capacidade da linha do Norte, uma vez que se encontra próxima da saturação. Deverão ser também criadas mais ligações ao interior, nomeadamente Elvas e Badajoz. Deverá existir mais segurança, substituindo a atual passagem superior por passagens inferiores sob as vias, dignificando a grande estação que é a do Entroncamento. Assim, o Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal faça vincar a sua posição de apoio a um forte investimento público, destacando a importância que o Entroncamento tem na rede ferroviária nacional e assinala um conjunto de exigências relativamente às infraestruturas ferroviárias.-----

--- Acerca desta Moção foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **António Ferreira (CDU)**: A CDU está de acordo com esta Moção, que vai no sentido daquilo que já apresentámos. No entanto, continuamos à espera da reestruturação da linha entre o Vale de Santarém e o Entroncamento. Por outro lado, temos a necessidade de modernização da nossa estação, uma estação ligada ao Museu Nacional Ferroviário. A questão da intermodalidade também é urgente. Deverá ser vista e remodelação da estação em conjunto com mais oferta rodoviária e de mercadorias. Deverá haver uniformização da ferrovia com o resto da Europa, porque a ferrovia será no futuro um transporte mais utilizado. Há necessidade de um grande investimento na EMEF do Entroncamento.-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS-PP)**: O CDS concorda com todas as necessidades que o Bloco de Esquerda aqui reivindica. Esta semana voltámos a ter os elevadores avariados, ficando a estação inacessível a pessoas com mobilidade reduzida, o que é lamentável. Também é lamentável a aparente passividade a que temos assistido por parte deste executivo em relação a este assunto. É imperioso que esta situação seja resolvida. Sugiro que a esta Moção seja acrescentada esta questão da passagem superior. Sugiro também que se envie a Moção para os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, para o Sr. Presidente da República, 1.º Ministro, Ministro das Infraestruturas, Infraestruturas de Portugal e CP.-----

--- **Ricardo Antunes (PS)**: Todos nós compreendemos a importância da ferrovia para a nossa cidade; no entanto, dada a falta de estudos sobre a questão de quadruplicação da ferrovia deveríamos pugnar por uma melhoria da linha do Norte e pela efetivação do Investimento Ferrovia 2020. O Governo do Partido Socialista tem afirmado uma forte aposta na ferrovia, já com inclusão da componente de manutenção da EMEF na CP, e existe a ambição de pensar na produção de comboios em Portugal. Relativamente a Elvas e Badajoz, deixo algumas ressalvas, dado ser uma linha que serve territórios interiorizados e deveria ser promovida a complementaridade de transportes que sirva essas linhas. Salvo estas pequenas anotações, acompanhamos a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda.-----

--- **António Mascarenhas (PSD)**: Votaremos a favor. Mas gostaríamos que fossem priorizados os pontos referentes ao investimento na estação ferroviária e ao aumento do número de circulações e melhoria das carruagens. Quanto aos pontos referentes ao investimento na linha do norte e às ligações a Elvas e Badajoz preferíamos que estes fossem alvo de um estudo de viabilidade e investimento adequado em função dos potenciais retornos.-

--- **António Ferreira (CDU):** As quatro vias eram destinadas à alta velocidade. A questão de não termos transportes para o interior porque não há ligações é uma falsa questão. Temos que insistir na redução de tarifários por uma questão ambiental no sentido de haver maior oferta, mas com qualidade e a intermodalidade com os outros transportes.-----

---**Carlos Matias (BE):** Todas as propostas e sugestões aqui referidas pelos diversos partidos podem efetivamente ser acomodadas no texto, pelo que irei reformular o texto da Moção, para apresentar um texto final de acordo com todas as bancadas.-----

VOTAÇÃO DA MOCÃO DO BLOCO DE ESQUERDA-----

--- Colocada à votação esta Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, com a redação posterior a apresentar pelo deputado Carlos Matias, foi a mesma aprovada por unanimidade, com dez votos a favor do Partido Socialista, seis votos a favor do Partido Social Democrata, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor do Centro Democrático Social, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

--- Posteriormente, foi recebida a Moção retificada pelo Bloco de Esquerda e contendo as sugestões das diversas bancadas, que passa a ser a **Moção definitiva**, do seguinte teor:-----

“Na diversidade de sistemas de transportes que serve o país, o transporte ferroviário é, cada vez mais, (re)considerado modo de transporte com futuro. É muito menos poluente do que a rodovia ou o avião, fator essencial no momento em que se acentuam os esforços para reduzir a poluição, causadora de profundas e, por vezes, catastróficas alterações climáticas.-----

A título de exemplo, segundo a Associação ambientalista ZERO, o transporte de avião entre Lisboa e Porto polui cinco a nove vezes mais do que o transporte em comboio. E, pelos cálculos da associação francesa *Réseau Action Climat*, o transporte aéreo é “responsável por 4,9% do aquecimento global”.-----

Além disto, o comboio tem muito mais capacidade de carga de passageiros ou mercadorias do que outros modos de transporte e é menos ruidoso. Hoje, com composições que permitem atingir altas velocidades já é, inclusivamente, alternativa para médias distâncias, no plano internacional.-----

No nosso país, é essencial o eixo ferroviário norte-sul, entre Braga e Faro, aí compreendendo a Linha do Norte. Ao longo deste eixo, reside a esmagadora maioria da população do País, com destaque para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Aí está fixada a maioria das atividades económicas.-----

As ligações desse eixo para o interior do continente são essenciais a todo o esforço de recuperação das iniquidades territoriais que atingem regiões economicamente mais débeis, mais despovoadas e mais envelhecidas.-----

Nos últimos anos, tem vindo a ser reavaliado e revalorizado esse papel essencial da ferrovia no desenvolvimento equilibrado do país. E, por consequência, têm vindo a ser apontadas as nefastas consequências de décadas de abandono da ferrovia, de encerramento de linhas e estações, desinvestimento nas infraestruturas, nas empresas do sector e na sua capacitação técnica.-----

A esta luz, o parque industrial e, em particular, a estação ferroviária do Entroncamento revela-se de novo e cada vez mais como essencial ao país e à sub-região do Médio Tejo.----

O futuro do país exige uma estação do Entroncamento moderna, encarada não simplesmente como mais um lugar onde ocasionalmente alguém toma ou se apeia de um comboio, mas como um verdadeiro interface de modos de transporte, apto a receber milhares de passageiros.-----

Tal exige infraestruturas modernas, condições de conforto, segurança adequada, serviços associados. E, da parte dos operadores, exige maior oferta de comboios, confortáveis e com horários ajustados às necessidades da procura atual e futura.-----

Sabe-se que, neste momento, tal não existe, após anos de incúria e de opções erradas. Basta ver a deploráveis condições em que se faz o atravessamento das linhas, onde, em vez de uma passagem sob as linhas, existe uma passagem superior que deveria envergonhar quem a mandou lá colocar e que tem de ser substituída. Ou ter em conta que, há escassos dias, uma passageira acometida de doença súbita foi evacuada numa cadeira de rodas, através dos elevadores, por dificuldade de aproximação da ambulância.-----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, interpretando estas preocupações e assumindo uma visão prospetiva, considera ter chegado a hora em que não mais podem ser adiadas e concretizadas as opções certas, que verdadeiramente servem o país e a sub-região do Médio Tejo.-----

A estação ferroviária do Entroncamento presta serviço a toda a região do Médio Tejo e assegura conexões inter-regionais, nacionais e internacionais. Por conseguinte, deve ser encarada como um verdadeiro *hub* intermodal, dotado de mais conforto, de mais segurança e de mais serviços associados.-----

Nesse sentido, a Assembleia Municipal do Entroncamento, considera prioritário que, aos mais diversos níveis, sejam tomadas decisões que, no mais curto prazo, assegurem um forte investimento público na estação ferroviária do Entroncamento. -----

O investimento público deverá ainda garantir:-----

- **A conclusão da modernização e ampliação da capacidade de transporte da linha do Norte;**-----

- **A colocação ao serviço de mais circulações, sobretudo entre Lisboa e Entroncamento, com horários e marchas ajustadas às necessidades dos passageiros, cujo número aumentou muito, após a adoção do PART;**-----

- **A dotação de mais carruagens nas circulações existentes, com melhores condições de conforto para os passageiros;**-----

- **A criação e/ou restabelecimento de mais ligações ao interior, a partir do Entroncamento, caso de Elvas e Badajoz, com as respetivas ligações rodoviárias complementares.”**-----

--- **António Ferreira (CDU) apresentou seguidamente outra Moção:**-----

-----**“Pelo Fim das Portagens**-----

Considerando que:-----

As medidas agora anunciadas de redução de portagens para algumas autoestradas (ex SCUT), para alguns troços e para alguns utilizadores a partir do próximo verão são irrisórias, para fazer face ao profundo desastre económico, social e ambiental do interior do País.-----

1. Só o fim das portagens e o fim das Parcerias Público Privadas em conjunto com investimento no interior poderão pôr um travão às assimetrias, abandono e desertificação do interior.-----

2. O tempo deu-nos razão, quando em 28 de Setembro de 2010 aprovamos aqui, por unanimidade, na AM do Entroncamento, uma moção com o seguinte conteúdo:-----

“De acordo com o Plano Rodoviário Nacional a “A23 – Auto Estrada da Beira Interior” atravessa os distritos de Santarém, Portalegre (Gavião), Castelo Branco e Guarda, ligando Torres Novas (nó da A1) à Guarda (nó da A25). Em comprimento a A23 é a 3.ª maior auto-estrada do País e considerada estruturante na rede rodoviária portuguesa, assim como, assegura uma ligação estratégica transfronteiriça a Espanha e à Europa, uma das principais vias de circulação de pessoas e bens de acesso ao exterior.-----

A A23, tendo sido planeada e concebida como Itinerário Principal (IP6), deixou de ter alternativas rodoviárias na maior parte da sua extensão, desde Torres Novas à Guarda. Partes das Estradas Nacionais 3, 16, 18 e outras passaram para a mão dos municípios que lhes deram

perfis urbanos nalguns troços. O traçado da A23, nalguns locais fez desaparecer as antigas vias.-----

A aplicação de portagens na A23 não só penalizaria a população, como cria mais dificuldades ao já debilitado aparelho produtivo do interior, designadamente nos distritos de Santarém, Castelo Branco e Guarda, aumentando as assimetrias já de si preocupantes.-----

Portajar a A23 acentua as consequências negativas ao nível do atraso das forças produtivas, do abandono das populações, do subdesenvolvimento e cria mais dificuldades às acessibilidades e mobilidade. -----

A A23 tem particular impacto nos concelhos do Médio Tejo como eixo de ligação entre cidades, vilas e núcleos populacionais estruturados a partir de actividades complementares.--

A reestruturação dos muitos serviços públicos intermunicipais e do Estado, têm sido decididos num pressuposto da existência da A23 como via estruturante de acesso universal e gratuito.

Como exemplos disso apontam-se o Centro Hospitalar do Médio Tejo com três hospitais e, mais recentemente, a constituição dos Agrupamentos de Centros de Saúde.-----

Assim:-----

Face às assimetrias regionais expressas nos indicadores económicos que caracterizam os concelhos servidos pela A23.-----

Atendendo a que não existem alternativas de circulação à A23.-----

Tendo em conta que o pagamento dessa via foi sempre assegurado pelos nossos impostos de forma solidária e com a preocupação da coesão territorial e nacional.-----

Face às intenções do Governo em portajar a A23 em toda a sua extensão (SCUT e troço das EP).-----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão ordinária de 28 de Setembro de 2010, delibera repudiar a introdução de portagens na A23, medida lesiva para as populações, para o desenvolvimento e para a coesão económica e social do interior do País, assim como, aprovar esta deliberação em minuta e dela dar conhecimento ao Sr. Presidente da República, à AR (presidente, Grupos Parlamentares, Comissão de Obras Públicas), ao Governo (Primeiro Ministro e Ministro das Obras Públicas), ANMP, ANAFRE e comunicação social nacional e regional.”-----

Face ao exposto a Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2020, delibera:-----

- 1- Reafirmar a posição tomada em sessão ordinária de 28 de Setembro de 2010 de repúdio pelas portagens nas ex-SCUTS e o seu fim imediato; -----**
- 2- Repudiar as medidas insuficientes, como estas da redução de tarifários, que pretendem esvaziar o descontentamento popular;-----**
- 3- Exigir mais investimento, mais serviços públicos e melhores acessibilidades para o interior;-----**
- 4- Enviar esta moção para Sr. Presidente da República, à AR (Presidente, Grupos Parlamentares, Comissão de Obras Públicas), ao Governo (Primeiro Ministro e Ministro da tutela das IP), ANMP, ANAFRE e comunicação social nacional e regional .”-----**

--- Acerca desta Moção foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Manuel Faria (PSD):** Votaremos a favor se mantivermos a votação unânime realizada em 2010 apenas referente à A23 e não a todas as ex-Scuts.-----

--- **Carlos Matias (BE):** A Bancada do Bloco de Esquerda está genericamente de acordo com a Moção e votará favoravelmente, mas não deixamos de referir que não nos revemos na formulação do ponto 2, porque as medidas são insuficientes, mas tudo o que seja para melhorar nós estamos de acordo.-----

---**Ricardo Antunes (PS):** A questão do PART também trouxe aqui uma dimensão

interessante que é a promoção do transporte público, somos a favor do princípio do Utilizador/Pagador e do Poluidor/Pagador, também é uma forma de promovermos esse tal desastre ambiental, quando todos nós falamos em reduzir a nossa pegada ecológica. O Partido Socialista, na altura da implementação, manifestou-se naturalmente contra, numa perspetiva de proteção das nossas populações, que é para isso que nós estamos cá. Mas também defendemos um princípio básico que é o da sustentabilidade. Passou-se de uma medida de discriminação positiva do interior para uma medida de discriminação negativa, nas quais não nos revemos de forma alguma. É importante exigirmos mais investimento, mais serviços públicos, melhores acessibilidades para o interior, mas não podemos de forma alguma repudiar aquilo que é positivo. Devemos também pugnar para que tendam para a gratuidade das portagens.-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS):** O CDS é um partido responsável e a responsabilidade exige-nos não podermos afirmar que, de um momento para o outro, vamos acabar com as portagens nas ex-Scuts. A responsabilidade exige-nos que haja um critério, que haja uma renegociação possível por parte das parcerias público-privadas que foram assinadas em tempos e para o CDS estas medidas são as possíveis. Devemos ser acima de tudo políticos responsáveis e se acabarem as portagens na A23, na A13 e nas outras ex-Scuts não vamos conseguir manter a qualidade que têm. É necessário criar condições para o fim imediato destas Scuts e o ponto 2 não pode levar o CDS a votar favoravelmente.-----

--- **António Ferreira (CDU):** Muitos dos pontos para aceder ao interior são feitos atualmente a partir das ex-Scuts, ou seja, das atuais autoestradas. É evidente que isso veio jogar ao contrário, em vez de criar as condições para o desenvolvimento do interior cria as condições para o atraso e para a situação em que chegou neste momento. -----

--- Atendendo aos pareceres das restantes bancadas, declarou que retira desta Moção o ponto 2.-----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU-----

--- Colocada à votação esta Moção apresentada pela CDU, com a retirada do ponto 2, foi a mesma aprovada por maioria, com nove votos a favor do Partido Socialista, três votos a favor do Bloco de Esquerda, um voto a favor da Coligação Democrática Unitária, seis votos contra do Partido Social Democrata, uma abstenção do CDS, uma abstenção do deputado Ricardo Antunes (PS) e dois votos a favor dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

--- O deputado **Ricardo Antunes (PS)** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

---“Sou genericamente favorável ao princípio do utilizador pagador/poluidor pagador. No entanto, entendo também que compete ao Estado, no respeito pela justiça e gerindo o contributo de todos, criar fatores de desenvolvimento e coesão social e territorial, devendo, contudo, fazer imperar na decisão a responsabilidade e a sustentabilidade.-----

A aposta na ferrovia e as reduções tarifárias do PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos) são em si medidas mitigadoras do impacto ambiental do uso do transporte individual e do transporte de mercadorias por via rodoviária, e são também um começo de um caminho da competitividade do transporte público de passageiros e da redução da pegada ecológica do transporte de mercadorias que deverá merecer todo o nosso empenho na sua promoção a bem do Entroncamento e da região.-----

Não obstante, defendeu o Partido Socialista do Entroncamento que não fossem aplicadas portagens à A23 por altura da decisão de aplicação em 2010, assim como vários órgãos autárquicos e intermunicipais. Continuo a defender e a exigir que o Estado deve promover as medidas e investimentos possíveis para inverter o paradigma de desertificação dos territórios interiorizados e que, havendo condições para tal, promover todas medidas de discriminação positiva ao seu alcance.-----

Por essa razão, foi referenciado em diversas ocasiões que as taxas de portagem aplicadas na A23 eram demasiado elevadas. O custo de utilização por quilómetro era substancialmente superior ao da A1, principal via rodoviária nacional, o que por si criava um mecanismo de discriminação negativa para com os utilizadores e colocava em causa os princípios atrás enunciados.-----

O anterior Governo foi sensível a essa questão tendo reduzido o seu valor. Essa redução dos preços e as novas reduções agora propostas são positivas para as pessoas e para a nossa região. Isso é inegável.-----

Face ao exposto e sobretudo atentando ao teor da proposta de deliberação da bancada da CDU, sou favorável à exigência de investimento que mitigue a interioridade junto do governo central, não posso repudiar medidas de discriminação positiva implementadas e o caminho desejável que se começa a traçar na eliminação gradual das mesmas com responsabilidade e uma avaliação séria dos impactos que não coaduna com o pedido de fim imediato, pelo que me abstenho.”-----

---António Mascarenhas (PSD): Interrogou o executivo sobre o curso das transferências de competências para o município, nomeadamente as responsabilidades já assumidas desde 1 de janeiro de 2019, a organização dos serviços, os meios e os “envelopes financeiros”.-----

--- Susana Cruz (PSD): A bancada do PSD acompanha todas as iniciativas de execução de melhoria do edificado, vias públicas, rede de saneamento, tudo o que se revele de interesse público e possam melhorar a qualidade e condições de vida de todos os que vivem e visitam o Entroncamento.-----

Contudo, a bancada do PSD não poderá deixar de apontar situações que, por ação ou omissão do executivo, têm de ser corrigidas.-----

Várias são as pessoas que nos abordam a fazer queixas de diversas situações existentes na nossa cidade e que estão à vista de todos e suas preocupações, a saber:-----

-Falta de manutenção e reparação dos equipamentos públicos, nomeadamente dos espaços e parques infantis que há muito exigem intervenção da autarquia (pavimento danificado, equipamento lúdico partido); é verdade que é da responsabilidade de todos a preservação dos equipamentos públicos, mas é igualmente verdade que a reparação e manutenção dos equipamentos públicos são da responsabilidade da autarquia;-----

-Passeios irregulares que necessitam de intervenção;-----

-Falta de intervenção no parque verde do Bonito, o qual atualmente oferece sérios perigos a quem aí circula;-----

-A limpeza da cidade e dos espaços públicos é outra das preocupações das pessoas, a qual é insatisfatória;-----

A recolha de lixo, em muitas ruas da cidade, é manifestamente insuficiente;-----

-Falta de organização e planeamento na execução das empreitadas em várias ruas da cidade, ruas ainda por alcatroar, outras parcialmente alcatroadas;-----

-Necessidade de colocação de espelho refletor no cruzamento da rua D. João de Castro com a rua Rui Luís Gomes, a fim de colmatar a total falta de visibilidade existente e assim evitar ocorrência de acidentes de viação;-----

-Desorganização na gestão de venda dos bilhetes para os espetáculos do Cineteatro S. João, obrigando as pessoas a percorrer os apelidados locais habituais de venda para conseguirem saber quais os lugares disponíveis;-----

-Por último, o declínio do comércio na cidade e falta de políticas públicas locais adequadas à

promoção de um comércio vivo e dinâmico que permita contribuir para a regeneração do centro da nossa urbe. É dever da autarquia contribuir para a regeneração do centro da cidade, promovendo a modernização, dinamização e animação do comércio.-----

Para concluir, exorto o Sr. Presidente da Câmara a promover um contacto próximo e transparente entre eleitores e eleitos, no sentido de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos mediante a implementação de políticas públicas locais adequadas às suas necessidades e em linha com as suas opiniões.-----

--- **Fernando Barroso (PSD):** “Em tempos de alterações climáticas, será tempo de abordar o problema das inundações, que tão gravemente afetaram, os comerciantes e moradores das habitações e estabelecimentos, na zona baixa da cidade.-----

Já lá vão 15 a 20 anos, que se identificaram os riscos de cheias, que se pensava seriam evitadas e solucionadas com a construção do desvio das águas da Ribeira de Sta. Catarina, para a albufeira do Bonito.-----

Ao que soubemos, esse projeto teve há uns anos atrás a aprovação das Águas da Região Centro, porém nada aconteceu...-----

Permita que cite uma afirmação do Presidente do Executivo Sr. Jorge Faria, em entrevista à Mediatejo, em 07 Janeiro último: “O problema das inundações, acontece cada vez que há chuvas torrenciais.”. Pois foi o que infelizmente aconteceu, no dia 19 de Dezembro...!!! O previsível mau tempo, com a passagem do fenómeno Elsa, com ventos muito fortes e quedas torrenciais de chuva iriam surgir e fomos todos alertados pela Proteção Civil, com antecedência, na RTP no dia 18 de Dezembro.-----

De novo citando o Sr. Presidente Jorge Faria :“Essa solução pode passar pelo transvase das águas da Ribeira.”-----

Questionamos então o Sr. Presidente: Como foi realizada a coordenação das diferentes entidades e se foi acionado algum plano de emergência para minimizar os previsíveis impactos nas zonas vulneráveis e já reconhecidas por acontecimentos passados? E agora? Se existiu algum plano, o que falhou afinal? Que diagnóstico do que correu mal? Que tipo de apoios se viabilizam para os comerciantes e moradores, a fim de compensar os elevados prejuízos sofridos?”-----

--- Inteveio seguidamente **Ezequiel Soares Estrada, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**, para dar conhecimento à Assembleia Municipal que, no dia 25 de janeiro, tomou posse como membro do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Freguesias, facto que acontece pela terceira vez. Informou que nos mandatos anteriores esteve responsável pelas Finanças e Património, agora ficou com a Modernização Administrativa, Proteção Civil e Assuntos Sociais do Estado.-----

Relativamente às competências da Freguesia de N. Sra. de Fátima, e no âmbito de um protocolo assinado com a Câmara Municipal, a Freguesia está a assegurar cerca de 75% da limpeza de espaços públicos, bem como o corte de ervas nos passeios, trabalho que está a ser assegurado com equipamento do Município que a Junta de Freguesia complementa com outros que adquiriu através dos dividendos do IMI. Na Freguesia existe uma linha on-line direta com a Câmara Municipal, onde são reportadas todas as situações que preocupam as pessoas e as intervenções são feitas de imediato. Neste momento, a limpeza da freguesia de N. Sra. de Fátima encontra-se em situação muito satisfatória.-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS):** Há uma questão que necessita ser tratada com bastante urgência, que é a ligação da A23 à nossa Zona Industrial. Há 3 anos que foi assinado o Plano de

Valorização das Áreas Empresariais, cujo objetivo era tornar mais fácil e mais seguro o acesso das empresas ali sediadas às principais vias rodoviárias. No entanto, 3 anos passados, temos uma Nacional 3 que liga Torres Novas ao Entroncamento num estado lastimável e uma ligação nos Foros da Lameira entre a A23 e a Zona Industrial indigna. Temos a estrada municipal 1179 cujo tráfego a pesados já foi proibido. Estamos a fazer, e bem, um investimento num Parque Industrial, mas sem esta infraestrutura de pouco valerá ao Entroncamento ter este Parque Industrial. Esta ligação à A23 é fundamental. O CDS já referiu concordar com o traçado que está projetado, mas é necessária ser feita a ligação. Pergunto: Está nas mãos do Município avançar? Qual é problema existente para 3 anos depois não termos uma ligação condigna? Iremos fazer um investimento avultado, tem havido um esforço por parte do Município que nós valorizamos, mas falta esta questão tão importante. Sr. Presidente, pressione o Estado, o Município de Torres Novas, quem de direito, certamente que toda esta Assembleia o irá apoiar. A Lei da descentralização de competências vai-nos obrigar a aceitar a Educação no 1.º trimestre de 2022. O CDS está preocupado com o facto de irmos receber a Escola Secundária. Gostaríamos de saber o que o Município está a fazer para a receber sem necessidade de obras de remodelação e sem investimento avultado. Não será com certeza em 2022 que se irão tomar estas decisões.-----

O CDS referiu-se já à situação do transvase da Ribeira de Santa Catarina. Já passou mais de um mês, gostaríamos de saber o ponto da situação.-----

Para terminar, queremos felicitar o deputado Ricardo Antunes pela sua recente eleição para Presidente da Concelhia do Partido Socialista.-----

--- **Carlos Matias (BE):** “Quería fazer um apelo e deixar um alerta ao executivo municipal. Como sabemos vivemos um momento muito preocupante, devido à ameaça de corona vírus. Não me alongo sobre o caso porque todos acompanhamos a comunicação social conhecemos a dimensão da ameaça que paira sobre nós.-----

Seria bom que tudo não fosse apenas um pesadelo que passará depressa. E todos desejamos que tudo corra pelo melhor. Mas é prudente preparar-nos para o pior, mesmo correndo o risco de no futuro virmos a pensar que terá sido tomada uma ou outra medida mais excessiva. Infelizmente, no caso do corona vírus parece já não haver espaço para “desdramatizações”.-- Numa primeira linha, a resposta terá de ser dada pelo Serviço Nacional de Saúde, como é evidente. Mas todos - cidadãos, cidadãs e instituições ao mais diverso nível, autarquias incluídas - têm um papel a cumprir no trabalho de combate à propagação da doença.-----

O caso suspeito de contaminação que surgiu em Torres Novas mostra como, apesar de todos os avisos, continuam a ser ignorados os procedimentos mais básicos. Em vez de contactar a linha Saúde 24, pelo 808 24 24 24, o doente foi ao Hospital de Torres Novas. *Exatamente o que nunca deveria ter feito.* -----

Desta vez a imprudência não teve consequências, pois as análises deram negativo. Mas, imaginemos o que teria sucedido se de facto a pessoa estivesse de facto infetada. Estaria aberta uma cadeia de propagação, a partir dos serviços do Hospital e, eventualmente, das pessoas com quem aí o doente se cruzasse.-----

Daqui retiro um apelo. Que a Câmara Municipal, em articulação com a Saúde Pública, utilize todos os seus suportes comunicacionais para divulgar de forma *massiva* os procedimentos básicos que dificultam a propagação de uma eventual epidemia. O município tem MUPIS, tem painéis publicitários, envia cartas com a conta da água, tem, enfim, uma larga panóplia de contactos com todas as famílias do concelho.-----

E se, neste combate, muito passa pelos comportamentos individuais, então que o município dê esse contributo na divulgação (repito) *massiva* dos comportamentos adequados.-----

É o apelo que deixa a Bancada do Bloco de Esquerda.-----

Queríamos agora deixar um alerta.-----
Chegou-nos a informação de que nas imediações da Escola Secundária se está a viver um clima de insegurança, aparentemente provocado por alguns jovens que intimidam e agridem estudantes que por ali têm forçosamente de passar.-----
Os incidentes existem, mas provavelmente não terão relevância estatística já que os agredidos têm inclusivamente muito medo de fazer qualquer participação à polícia. -----
Não sabemos de que recursos dispõe o Projeto Escola Segura e não está em causa o empenho dos poucos profissionais destacados para fazer o patrulhamento policial da cidade. Mas que os incidentes e o medo existem, isso existem.-----
Alertamos para este problema e solicitamos uma intervenção do executivo no sentido de sensibilizar a PSP para a necessidade de uma maior presença nas imediações da Escola Secundária, sobretudo nas horas de maior afluxo de estudantes.”-----

--- **Carlos Silva (PSD):** A estrada dos Foros da Lameira foi intervencionada, estava em mísero estado, houve algumas obras de repavimentação. A questão que coloco ao Sr. Presidente da Câmara é se de facto terá sido o tipo de intervenção mais correto. Temos muitas dúvidas, quer em termos de qualidade técnica, quer em termos de durabilidade. Deixamos um alerta para futuras consequências que possam advir, dado que apenas encheram as concavidades com massa quente. Obviamente, fazer uma reparação em condições exigia mais custos, mas ficaria com uma durabilidade razoável. Deixo a questão ao Sr. Presidente da Câmara, quando voltar a estar estragado, de quem é a responsabilidade? Dos técnicos que supervisionaram a obra? Do Presidente da Câmara?-----

--- **Ricardo Antunes (PS):** Congratula o Município pela associação a uma marca que é nossa e que devemos explorar – Os Fenómenos. -----
Congratula também o Museu Nacional Ferroviário, grandes obreiros do Festival a Vapor, que passou à fase final da votação na categoria Best Indoor Festival, na sua segunda edição já temos este reconhecimento ao nível ibérico, o que augura algo de bom, e será certamente intenção do Município mantê-lo, o que tem o total apoio da bancada do Partido Socialista, dado que é um evento diferenciador que atrai novos públicos ao Entroncamento e também valoriza o Museu.-----

Congratula igualmente o Município pelo início das obras da ARU1, é uma das principais entradas da cidade, vai ter um perfil mais digno com um conjunto de infraestruturas muito interessante, as obras estão a avançar a bom ritmo. Pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se tem previsão de limitação total de trânsito na via e qual a duração prevista dos trabalhos.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

--- **O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente:**-----

--- **Sr. José Neves**, residente na Rua D. Afonso Henriques, no Entroncamento:-----
--- Apresentou uma questão de saúde pública existente na rua D. Afonso Henriques provocada por um grande bando de pombos que está constantemente a fazer as suas necessidades para o chão, com animais e pessoas a passar, e gostaria de saber se já foram tomadas algumas medidas para solucionar este problema.-----

--- Informou também que, devido a atos de vandalismo, foi destruída parte dos bancos que estão junto ao Centro de Saúde e questionou se existe alguma proposta para instalação futura de câmaras de vigilância no local.-----

--- Por último, lamentou o estado de degradação em que se encontra a pista de atletismo no Complexo Desportivo, gostaria de saber se já existe alguma proposta para a sua recuperação.

--- **Sr. João Lérias**, residente na Rua Afonso Duarte, N.º 14, no Entroncamento:-----
--- Referindo-se às inundações que ocorreram no Entroncamento no ano passado, a primeira vez em março e a segunda vez no dia 19 de dezembro, e sendo um problema que vai ser cada

vez mais recorrente, perguntou o que é que o Município está a pensar fazer neste aspeto, porque é impossível manter qualquer negócio no centro da cidade, pois são enormes os prejuízos que são causados, são os conflitos com as companhias de seguros, há pessoas que vivem ou trabalham no centro da cidade, que deveria ser um local de excelência para dar vida à cidade e agora sentem que de facto esse não é o melhor local.-----

Referiu saber que é um problema que vem de trás, desde o momento em que se decidiu fechar a Ribeira de St^a Catarina, mas a verdade é que também há muitos anos que se ouve falar no by-pass que é necessário fazer para reduzir a dimensão da água que vem até ao centro da cidade e ele ainda não foi feito, nem se vislumbra a sua execução.-----

Os moradores e comerciantes daquela zona não deverão ser obrigados a viver sob a ameaça de inundações desta natureza.-----

Finalizando, referiu uma situação que a todos desagradou efetivamente em relação aos serviços da Câmara Municipal, para quem tem comércio no local, teve que viver com a rua cheia de lama, de detritos e resíduos, a limpeza foi tardia e o executivo deveria ter acautelado, numa altura de Natal, tão importante para o comércio, a limpeza da rua de forma mais célere, não era sem dúvida alguma atraente vir fazer compras na rua calcetada quando ela estava toda cheia de lama.-----

---Sr. David Lage, residente na Rua Dr. Costa Machado, no Entroncamento:-----

--- Interveio na qualidade de proprietário de uma loja no centro da cidade, para reforçar o que foi dito na intervenção anterior. A limpeza da rua apenas foi feita no dia 23 de dezembro, o que prejudicou bastante o comércio em época natalícia e a musica esteve também desligada durante esses dias.-----

--- Sr. José Francisco Leote, residente na Rua Brito Capelo, 59, no Entroncamento:-----

--- Apresentou a sua preocupação com o que se está a passar nas extremas do concelho. Neste momento, o concelho do Entroncamento não tem um acesso pedonal ao que era uma ligação ancestral muito antiga com a Quinta da Cardiga, porque um proprietário, em seu legítimo direito, decidiu acabar com um caminho que sempre existiu e que faz falta.-----

O proprietário lavrou o único caminho que dá acesso daquela zona aos concelhos da Barquinha e da Golegã. É fundamental o Entroncamento ter uma ligação pedonal ou circulável que faça a ligação entre aquilo que é hoje a cidade nova, a extrema do concelho a sul e os terrenos, porque a alternativa àquele caminho é a estrada alcatroada via Vendas com o cruzamento do IC3, impossível de fazer a pé, pois é muito perigoso.-----

Gostaria que o proprietário daqueles terrenos fosse sensibilizado a deixar um pequeno caminho para as pessoas passarem da Cidade Nova para a zona da Cardiga, pois antes do Entroncamento existir esse caminho já existia.-----

--- Sra. Sónia Gonçalves, residente na Rua São Tomé e Príncipe, no Entroncamento:-----

--- Interveio também como proprietária de um estabelecimento na rua calcetada e referiu que, desde que fez a escritura em abril do ano passado já sofreu duas inundações, uma com queda de granizo e esta última em dezembro, deseja sensibilizar os responsáveis para o facto de ser difícil ter um negócio no centro da cidade. Existe uma preocupação constante, especialmente em épocas de chuva. Referiu que as sargetas são poucas e demasiado pequenas para a rua, que é muito plana.-----

--- Sra. Isabel Santos, proprietária de uma loja na rua calcetada:-----

--- Reforçou tudo o que foi dito nas intervenções anteriores sobre o assunto das inundações e questionou se existe algum plano a breve prazo para resolver a questão das lojas e também das garagens, que inundam devido ao paredão do muro de St.^a Catarina. Os moradores e lojistas desta área não podem continuar a viver nesta insegurança, que se verifica agora tão frequentemente.-----

--- Terminadas as intervenções do público, o Sr. Presidente da Assembleia passou de imediato ao primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

-----**ORDEM DOS TRABALHOS**-----

PONTO NÚMERO UM -----
APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO ao abrigo da al.ª c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro -----

--- Este ponto iniciou com as seguintes intervenções:-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS):**-----

--- Recordou que foi já aprovada pela Assembleia Municipal uma recomendação do CDS sobre a utilização de plásticos nas Festas da Cidade. Questionou se esta recomendação irá ser seguida este ano.-----

--- Alertou que na rua Dr. Rui Luís Gomes a pressão de trânsito continua a ser enorme e continuam os abusos por parte dos automobilistas que ocupam dois e três lugares porque não existem marcações. Na última Assembleia o Sr. Presidente da Câmara disse que estava planeada a resolução deste assunto, mas nada está resolvido até agora e a situação está a agravar-se.-----

--- Referiu também que, com a recente mudança de trânsito na rua 5 de outubro, passámos a ter maior fluxo na zona lateral ao túnel. Existem sinais limitativos, mas ainda assim já houve situações desagradáveis. Questionou o que se está a fazer neste aspeto.-----

--- Relativamente aos cortes de água, o CDS foi informado que anteriormente a água era desligada nos ramais, agora desliga-se o depósito e corta-se a água a toda uma freguesia. Se este procedimento passou a ser hábito, é preocupante. No mínimo, a população deverá ser avisada atempadamente, enquanto não estiver pronta a nova conduta.-----

--- Seguidamente, questionou o Sr. Presidente da Câmara de qual a data prevista para o lançamento da empreitada da Pista de Atletismo, que está em avançado estado de degradação.-

--- Por último, transmitiu o desagrado que alguns municípios têm manifestado pelo facto de a recolha diária de lixo ser feita com algum barulho por parte dos funcionários da Autarquia, que iniciam este trabalho pelas 6,00H da manhã.-----

--- **Manuel Faria (PSD):** -----

--- Questionou qual o estado do processo de revisão do PDM.-----

--- Quanto às inundações na zona pedonal, questionou se foi realizado um levantamento e se o mesmo está disponível relativamente a todos os comerciantes e municípios afetados e que tipo de apoio foi prestado pela Câmara Municipal.-----

--- **António Ferreira (CDU):** Atendendo ao desbloqueamento das carreiras dos trabalhadores, perguntou o que é que a Câmara está neste momento a prever fazer no sentido de aplicar esta opção gestionária. Normalmente, os trabalhadores demoram na progressão da carreira uns dez anos, mas com estas normas, o tempo é diminuído entre seis e oito anos, portanto de uma grande importância para os trabalhadores e também tem um outro papel importante que é fomentar a produtividade e incentivar os trabalhadores a produzirem mais e melhor.-----

--- **Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara,** começou por esclarecer o município Sr. José Neves, informando que o problema com os pombos não se passa apenas na Rua D. Afonso Henriques, existe um pouco por todo o concelho, até aqui no edifício da Câmara. Na rua D. Afonso Henriques há apartamentos fechados em que os pombos fazem ninhos nas varandas, o que torna difícil uma intervenção. Também um pouco por todo o concelho se vem verificando uma situação particularmente grave, que é o facto de as pessoas alimentarem os animais na via pública, pois estão a promover a insalubridade. Mas estamos atentos e vamos tentando resolver as situações.-----

--- Quanto aos atos de vandalismo, tem sido postura da Câmara Municipal atuar com firmeza,

comunicar sempre às autoridades e trabalhar com elas nessas matérias. Infelizmente, devido a um conjunto de circunstâncias que se prendem com saídas precárias de indivíduos de estabelecimentos prisionais, houve aqui um período, já identificado, em que se agravaram os atos de vandalismo desta natureza. Nós e também as autoridades estamos atentos. Apelou mais uma vez para que casos desta natureza sejam comunicados de imediato à PSP.-----

--- Relativamente à Pista de Atletismo, trata-se de um processo, como outros que temos neste momento, cuja empreitada ficou vazia, esperamos resolver o problema rapidamente.-----

--- Seguidamente, informou que, em relação ao exposto pelo Sr. José Francisco Leote, o terreno em causa é efetivamente propriedade privada. No entanto, a Câmara já reuniu com o proprietário, está esboçado um compromisso que irá em breve ser formalizado. O proprietário está disponível para repor o caminho junto à ribeira de Sta. Catarina, estamos a tentar um acordo no sentido de ele fazer também a vedação mais dentro do terreno, de forma a poder haver também um caminho paralelo à Estrada Nacional.-----

--- No que se refere às inundações ocorridas em dezembro último, esclareceu que este não é um problema apenas deste executivo e também não é um problema de solução fácil, nisso estamos todos de acordo. Durante muitos anos tivemos pessoas a construir o mais possível em cima da Ribeira, agora estamos a ver esses reflexos. Também existe uma redução da secção de altura da ribeira por baixo da Passagem Inferior na Rua 5 de outubro. Na caixa que está na ciclovia a seguir à rua 5 de outubro a tampa estava na vertical e a água saía com uma força enorme, isto porque a água chega ali debaixo do túnel e passa a ter uma secção de 50cm. Foi esta, de facto, a razão principal desta inundação, além, como é evidente, da intensidade anormal de chuva que caiu nesse dia. Este é um problema estrutural da ribeira, que não é fácil de corrigir. Temos que avaliar a melhor forma de intervenção para gerir o caudal da ribeira.--

--- Respondendo à D.^a Sónia Gonçalves, esclareceu que a situação do ano passado com a queda de granizo foi diferente. As sargetas estão bem dimensionadas, o problema dessa vez foi que o granizo foi tão repentino e em tanta quantidade que as tapou.-----

--- Ainda no âmbito do assunto das inundações, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que as estruturas da Proteção Civil só durante a tempestade do dia 19 é que passaram a estado de alerta laranja. Este alerta significa que os meios vão ficar mais atentos. Para corrigir a situação, temos um projeto, cuja execução era da responsabilidade das Águas do Vale do Tejo, que era o desvio da ribeira pela Rua Dr. Costa Machado. Foi entendido não ter as condições técnicas adequadas pelas seguintes razões: iríamos fazer um canal que ficava a mais de 10m de profundidade, sem qualquer caixa de visita, se entupisse tínhamos que abrir buracos dessa profundidade; não tínhamos justificações técnicas do ponto de vista da pluviosidade e da quantidade de acumulação de água para fazer um desvio da Ribeira naquele local. Fazendo-o iríamos ter as mesmas consequências que tivemos em dezembro. Por isso, andávamos a trabalhar com as Águas do Vale do Tejo e com a Agência Portuguesa do Ambiente para encontrar uma solução. A Agência Portuguesa do Ambiente não queria autorizar o desvio da ribeira. Entendia que os caudais pluviométricos do último século não o justificavam. Justificariam a compressão de uma bacia de retenção junto à A23 e à Soladrilho. Suportámos um estudo do Instituto Superior Técnico, que pôs a possibilidade de fazer um desvio da ribeira junto à antiga fábrica dos Vinagres. É esse o cenário que estamos a tentar trabalhar de novo e esta quantidade de chuva veio dar-nos um argumento junto da Agência Portuguesa do Ambiente. Estamos a trabalhar nisso e espero que, durante o corrente ano, possamos encontrar uma solução técnica consensualizada para depois ser executada. Quanto à limpeza da rua aqui também referida nas intervenções dos municípios, é verdade que algo falhou, mas foi também uma situação muito específica, que envolveu muitas pessoas, quer do Município, quer dos Bombeiros e, é verdade, houve alguns pormenores que poderiam ter corrido melhor. No entanto, na inundação demos todo o apoio possível, nas primeiras horas chegaram ao Posto

de Proteção Civil e Bombeiros cerca de 74 chamadas e a nossa primeira preocupação foi criar as condições de segurança para que não houvessem acidentes pessoais, o que, felizmente, não se verificou. Agradeceu publicamente e uma vez mais a disponibilidade do CDOS, dos Bombeiros de Vila Nova da Barquinha, de Constância, de Abrantes e de Torres Novas. Posteriormente, incentivámos as pessoas a comunicarem os estragos às suas seguradoras, a Câmara fez também um levantamento das situações e daquilo que poderão ser os potenciais prejuízos, que ascenderam a cerca de 430.000€, assim distribuídos: comércio 300.000€, Centro de Saúde 50.000€, estragos em viaturas 70.000€; integrámos também a reparação de uma viatura municipal que avariou e a elaboração do projeto e construção do muro da Rua D. João de Castro. Estas estimativas foram entregues ao Governo, se houver alguma indemnização, será rateada em função dos prejuízos. A expectativa não é alta, dado que a verba do Orçamento de Estado para situações de calamidade para 2020 já está esgotada com compromissos anteriores, vamos insistindo, ainda recentemente numa reunião com o Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional e Coesão questionámos o ponto da situação.-----

--- Em relação à intervenção da D.^a Isabel Santos, disse que esta referiu um aspeto importante: hoje estamos confrontados com alterações climáticas que não eram comuns no passado. Uma constatação que tivemos neste processo é que foi feita no Entroncamento muita construção abaixo do nível da ribeira e foram autorizadas com sistemas de bombagem, que, verificou-se depois, nalguns casos estavam inoperacionais. Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara referiu a preocupação constante por parte do Município com todas estas situações e com todos os munícipes por elas atingidos.-----

--- Continuando, em resposta à intervenção do deputado Pedro Gonçalves, informou que a Câmara está empenhada em reduzir o plástico nas Festas da Cidade, iremos ter este ano copos reutilizáveis e vamos trabalhar com as Associações para substituição de pratos e talheres.----

--- Quanto às alterações de trânsito nas Ruas Rui Luís Gomes e D. João de Castro, resultaram bastante bem, pelo que estão agora a ser tornadas definitivas. Falta ainda uma passadeira e a alteração do sentido de trânsito na parte de baixo da Rua Rui Luís Gomes, que vai subir em vez de descer. Também na rua 5 de outubro o trânsito vai ser orientado de forma a evitar interseções entre quem vem da Rua D. João de Castro. Se não for prático, em qualquer altura podemos corrigir e melhorar. -----

--- Em relação aos cortes de água, a situação relatada pelo deputado Pedro Gonçalves não corresponde à verdade, o que se faz é apenas o corte da zona da rotura. O caso aqui referido aconteceu pontualmente, numa rotura numa conduta principal provocada pela obra da rua Eng.º Ferreira de Mesquita, o que obrigou a uma intervenção numa área superior.-----

--- Também quanto à recolha de resíduos, vamos tentar que os nossos funcionários melhorem os comportamentos.-----

--- Relativamente à intervenção do deputado Pedro Gonçalves no Período Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o processo de ligação da A23 à Zona Industrial é um projeto conjunto da Infraestruturas de Portugal e dos concelhos de Torres Novas e Entroncamento, está em fase final de elaboração do projeto de especialidades, dado que o projeto de arquitetura já foi aprovado, o lançamento da empreitada será feito pela Infraestruturas de Portugal.-----

--- Em resposta ao deputado Manuel Faria, informou o Sr. Presidente da Câmara que finalmente recebemos o último parecer da Agência Portuguesa do Ambiente sobre o PDM, estamos agora a trabalhar a resposta, esperamos que brevemente seja colocado em discussão pública.-----

--- Referiu, face à intervenção do deputado António Ferreira, que, enquanto for Presidente, a Lei será aplicada em todas as situações, temos a obrigação de defender o Município e a cidade e tentamos fazê-lo com equidade, numa aplicação o mais possível rigorosa da Lei.-----

--- Relativamente à pergunta colocada pelo deputado António Mascarenhas, garantiu que em todas as situações procuramos defender os interesses do Município. Poderá não concordar que a Câmara aceite algumas competências, mas fazemo-lo sempre na defesa dos interesses do Município. Na Educação, por exemplo, ainda não aceitámos a descentralização, porque, numa primeira fase, a recuperação da Escola Secundária não tinha sido considerada como investimento prioritário. Neste momento essa situação já está ultrapassada, embora ainda não tenhamos diagnóstico feito, vamos ter a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento e estamos disponíveis para fazer uma avaliação para confrontar a proposta do Ministério. Também na área da Saúde, estamos a procurar perceber quer o âmbito quer a clarificação de algumas situações. Há pouco tempo, na CIMT, colocámos uma série de questões, entre elas a questão do estacionamento, que foi uma competência que nós assumimos porque se revelava muito interessante para o Município. Neste contexto, temos que ter acesso ao Sistema de Controle de Ordenações de Trânsito (SCOT), que, segundo nos foi informado, só estará disponível no fim de 2020, ou princípio de 2021.-----

--- Quanto ao apelo e alerta deixados pelo deputado Carlos Matias, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, atenta a grave situação com que estamos a ser confrontados e que nos preocupa, a Câmara já tomou algumas medidas sobretudo na área da informação à população, já temos as orientações da Direção Geral da Saúde na página do Município, vamos também fazer a divulgação nos *muppies*, nas redes sociais, nos cartazes e nos serviços.-----

--- Também relativamente à Moção hoje apresentada pelo Bloco de Esquerda, informou que na próxima segunda-feira terá uma audiência com o Sr. Ministro das Infraestruturas, na qual pretende transmitir a satisfação do Município do Entroncamento pela opção estratégica e investimento na ferrovia. Pretende também expor ao Sr. Ministro vários outros assuntos, nomeadamente:-----

a) A melhoria do acesso à estação dos Caminhos de Ferro: pedimos ao LNEC uma análise ao local, que nos informou que é possível efetuar a obra da Passagem Inferior de acesso à estação, sendo apenas uma questão de valores. Aqui, a nossa pequenez fez-nos aceitar a solução que está a ser trabalhada pela Infraestruturas de Portugal, que é ligar os dois acessos atualmente existentes, estender aquela parte à parte oeste da estação e ligar os dois acessos aéreos, melhorando a acessibilidade, a segurança e a comodidade, criando condições para mobilidade reduzida nos dois acessos, através de meios técnicos adequados.-----

b) A Cidade Ferroviária do Entroncamento: tencionamos que possam vir a ser recolocados novos postos de trabalho no Entroncamento. Neste momento estão a ser preparados espaços que vão permitir transferir alguns trabalhadores. Queremos mais. A proximidade, a centralidade, as condições que existem no Entroncamento deveriam fazer com que houvesse mais reforço na área da manutenção, transferência de serviços de Lisboa para o Entroncamento, seria expectável que os serviços de logística e outros fossem aqui sedeados e que fosse retomada a área formativa profissional no Entroncamento.-----

c) O sucesso que está a ser o processo da recuperação do Bairro Camões e as dificuldades que temos no Bairro da Vilaverde, na medida em que é constituído por 44 imóveis e tem a particularidade de estar integrado no domínio público ferroviário, pelo que não nos é fácil replicar o modelo que usámos para o Bairro Camões, ainda que haja muitos interessados. O Bairro do Boneco e imediações do Museu Nacional Ferroviário tem 12 casas térreas e a nossa intenção seria a recuperação daquele património para instalar o Centro de Documentação Ferroviário em conjunto com o Museu, criar um Centro de Ciência Viva dos Transportes e

criar um Centro de Artes. O Bairro Latino Coelho tem 28 vivendas junto à Estação e também é nossa intenção que possa ser reabilitado e ali promover a instalação de serviços, ou privados, ou da própria CP ou IP.-----

d) A questão do desenvolvimento da área empresarial e da zona de logística da REFER e Infraestruturas de Portugal.-----

e) O Centro Tecnológico de Manutenção do Entroncamento, que poderia ser associado ao que está a ser desenvolvido no Porto.-----

f) Os projetos na área rodoviária, relativamente quer à ligação do Parque Empresarial e Logística à A23, quer a transferência da EN3 para a Câmara do Entroncamento, aprovada em 1999 e que nunca se operacionalizou porque a Câmara nunca fez as obras acordadas, logo nunca recebeu o dinheiro. Neste momento estamos a tentar a recuperação desse processo.---

g) O viaduto Eugénio Dias Poitout foi construído pela Câmara, no entanto, dado ser um viaduto sobre o principal eixo ferroviário do País, e dado que não temos capacidade técnica nem financeira para uma intervenção de fundo, estamos em negociações com a Infraestruturas de Portugal, pensamos estar bem encaminhado.-----

h) Temos a intenção de efetuar a substituição da iluminação da P.N. ao Km 107 da Linha da Beira Baixa, já houve um acordo público entre a Câmara do Entroncamento, de Vila Nova da Barquinha e a Infraestruturas de Portugal para uma ligação direta do viaduto sobre a linha do Norte à Estrada Nacional 110, paralela à linha da Beira Baixa. Estranhamente, esse processo está a recuar porque alguém entendeu que seria mais barato fazer um viaduto sobre a linha da Beira Baixa com um desnível paralelo à linha, fazendo um ângulo de 90º com a Rua Infante de Sagres.-----

i) A importância da conclusão da A3 e IC3 e da construção da travessia sobre o Tejo.-----

j) A importância que também associamos à reabilitação do aeródromo de Tancos, para fins militares e associar fins civis, quer no âmbito da logística e mercadorias, quer na complementaridade de voos charters dirigidos à região.-----

k) A importância de se poder reforçar o cluster militar na nossa região, onde temos deslocamentos de vários milhares de militares, se temos um conjunto de instalações na nossa região não faz sentido que não sejam aqui sedeados alguns serviços da área militar. Faria todo o sentido que as unidades existentes, Sta. Margarida, Tancos, Entroncamento, Abrantes e Tomar tivessem outra dimensão.-----

l) Por último, a importância da concretização e do investimento da oficina de veículo estático do exército, que deverá, com grande satisfação nossa, ser instalada no Regimento de Manutenção do Entroncamento.-----

PONTO NÚMERO DOIS-----

EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZOS PARA INVESTIMENTO ATÉ AO MONTANTE DE 1.047.000€, ao abrigo do disposto no art.º 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro-----

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, sintetizando nos seguintes termos a proposta a apreciação e votação: trata-se de deliberar relativamente ao seguinte:-----

--- Autorização para contratação ao Banco BPI de um empréstimo a médio e longo prazos, até ao montante de 1.047.000€, para financiamento dos seguintes investimentos do Município, nos termos da alínea f) do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:-----

- Parque Empresarial do Entroncamento: o Parque Empresarial do Entroncamento visa a implementação de um espaço estruturado que possibilite a fixação de atividades económicas cuja atividade possa alavancar toda uma estratégia de desenvolvimento local e regional, promovendo a atratividade económica do concelho. Valor do empréstimo: 264.400,00 euros.

- Projeto de Eficiência Hídrica (Diminuição de Perdas de Água no Sistema Distribuidor do concelho do Entroncamento): o Projeto de Eficiência Hídrica visa implementar uma solução hidráulica técnico economicamente vantajosa que permita colocar as perdas num nível muitíssimo mais baixo, de modo a ser aceitável e comportável pela Autarquia, ou seja, pelos cidadãos do Entroncamento e que, conseqüentemente, liberte recursos económicos e ambientais, melhorando simultaneamente a qualidade do serviço à população; valor do empréstimo até 811.000,00€.

--- Autorização para assunção dos compromissos plurianuais inerentes aos investimentos em causa, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; ---

--- Autorização prévia para o desenvolvimento deste projetos, nos termos do n.º 2 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

--- Sobre este assunto foram feitas as seguintes intervenções:

--- **António Ferreira (CDU):** Este investimento, sobretudo o da eficiência hídrica, é crucial para o concelho e para a sustentabilidade do sistema. A CDU apoiará sempre que as águas em baixa estejam na mão do Município, assim estão na mão das populações. Temos condições para um sistema sustentável com preços acessíveis.

--- **António Miguel (PS):** Estamos perante um empréstimo plenamente justificado, que irá servir para suportar 15% do valor investido no Parque Empresarial. Este está a ser um projeto de elevado potencial, com grande investimento particular, com criação de emprego e riqueza e cujos impostos revertem a favor do concelho. Este empréstimo suportará também o projeto de eficiência hídrica, com vista a reduzir o volume de perdas de água no sistema, com uma poupança estimada superior a 200 mil euros por ano. Relembro a boa saúde financeira da Autarquia devido ao rigor e à excelência da gestão, que não nos leva a recuar no tempo em que se teve que recorrer ao PAEL para fazer face a compromissos firmados. Congratulamo-nos com esta iniciativa de boa gestão, que terá sempre o nosso apoio.

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS

--- O ponto número dois foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos a favor, sendo dez votos do Partido Socialista, seis votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social, um voto da CDU e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

--- O deputado **Manuel Faria (PSD)** apresentou a seguinte declaração de voto:

---“Este é um investimento importante a pagar em 20 anos. O PSD votará sempre a favor de investimentos estruturantes de criação e retorno de valor para a cidade. Perante este tipo de investimentos, mesmo sendo investimentos significativos a pagar por futuros Executivos, nunca assumiremos, por defeito, posições negativas e desonestas intelectualmente apelidando-os de dívida. Nunca criámos elefantes brancos e todos os nossos investimentos são os que hoje servem e suportam a nossa cidade. Em linguagem de polígrafo, “Pimenta na Língua” é o que se recomenda àqueles que herdaram tão importantes investimentos e que hoje se referem aos mesmos como dívida.”

--- Também o deputado **António Ferreira (CDU)** declarou o seguinte:

---“O abastecimento e tratamento de águas em baixa na mão da autarquia legítima representante das populações significa que a gestão da água continua sob controlo das populações. Ou seja, é assegurada a Política tarifária autónoma, política de investimentos autónoma e controlo das populações que sabem a quem se dirigir para resolver os seus problemas. Com outra vantagem que aumenta as disponibilidades financeiras imediatas da autarquia. Nós CDU vamos dar todo o apoio possível para garantir um serviço público municipal de qualidade, um sistema sustentável (económico e ambiental) para os munícipes.”

PONTO NÚMERO TRÊS-----
APRECIÇÃO DO PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE UM ELEMENTO NA COMISSÃO ALARGADA DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, nos termos da alínea l), ponto 1, do art.º 17.º (Composição da Comissão Alargada) da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 142/2015 de 8 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)-----

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, recordando que a Sra. Presidente da CPCJ solicitou à Assembleia Municipal a substituição da Comissária Lúcia Abelha, a qual tinha comunicado a sua desistência do cargo, dado que se encontra atualmente a exercer a sua atividade profissional em Coimbra. -----

--- O Presidente da Assembleia reconheceu a dedicação com muito zelo da Comissária Lúcia Abelha a esta causa, numa fase da sua vida particular bastante difícil. -----

--- Perguntou então aos Srs. Deputados se alguém queria sugerir alguém para este cargo. ----

--- O deputado **Manuel Martins (PS)** propôs o nome do Sr. Paulo Jorge Simões de Sousa, residente no Entroncamento, cidadão de reconhecida idoneidade, licenciado e professor de História, já lecionou na Escola Prática de Polícia.-----

--- O Presidente da Assembleia procedeu então à votação por escrutínio secreto, tendo sido obtidos 12 votos a favor, 10 votos brancos e 1 abstenção.-----

--- Ficou, assim, nomeado para Comissário na CPCJ o Sr. Paulo Jorge Simões de Sousa.----

PONTO NÚMERO QUATRO-----
APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ) REFERENTE AO ANO DE 2019, de acordo com o art.º 32.º da Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.-----

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, referindo que se trata do Relatório Anual de Atividades de 2019, aprovado por unanimidade em 28-01-2020 pela Comissão Alargada na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Entroncamento e que o mesmo é apenas para apreciação por esta Assembleia.-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Manuel Faria (PSD):** “É um trabalho meritório intangível por parte de todos aqueles que integram a CPCJ. As Forças e Ameaças identificadas exigem uma reflexão profunda de todos nós agentes para minimizá-las ou superá-las. Nota para os resultados elevados para o número de ocorrências (1 a cada 2 dias) e de violência doméstica (1 a cada 5 dias). O facto de a escola e a PSP a serem os principais denunciadores, significa que muitos casos ficam por identificar. Nota muito importante para o facto de a necessidade de reforço de competências e meios para a realização do Apoio junto aos Pais dado ser a medida mais aplicada. Questão para todos nós: não devíamos pensar em reforçar claramente o investimento e o apoio à CPCJ?”-----

--- **Reinaldo Amarante (BE):** Da leitura do documento nota-se a complexidade e a nobreza do trabalho realizado, mais ainda quando são enunciadas as dificuldades enfrentadas no prosseguimento de uma função de inegável interesse social e comunitário. É evidente que os meios disponíveis nunca serão suficientes. Muitas vezes tiveram de “fazer das tripas coração” e pôr em ação a criatividade e o engenho para resolver as questões que foram surgindo. Gostaria de poder dizer que a CPCJ deveria ter tudo o que necessita para o desenvolvimento da sua atividade, como gostaria de poder dizer que deveriam ser encaminhados mais meios e

verbas para a saúde, educação, segurança, ao invés de novos Bancos.-----
Temos aqui um relatório que nos apresenta atividades diversificadas, envolvendo parceiros diversos e a própria comunidade em prol das crianças e jovens, com objetivos tão latos como proteção, direitos, cidadania, hábitos de participação cívica e escolaridade. Cabe aqui referir algumas problemáticas mais sinalizadas e que nos fazem pensar: violência doméstica 38,2%; comportamentos assumidos pelas crianças e jovens e que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento: 19,1%; absentismo escolar e urgências aos vários níveis: 14,4%. São questões que nos devem preocupar, tanto mais que, sem querer entrar em lugares comuns, são as crianças e jovens de hoje os nossos governantes e dirigentes no futuro. As nossas sementeiras de hoje serão as nossas colheitas de amanhã. Nesta era de globalização, novos desafios são lançados. O Entroncamento, de há algum tempo para cá, tem recebido um fluxo de crianças estrangeiras, nomeadamente do Brasil e das ex-colónias, algumas com percursos escolares pouco claros ou mesmo desconhecidos e tem exigido uma atenção especial e uma resposta atempada e concordante.-----

Para concluir, o Bloco de Esquerda quer realçar o papel positivo desempenhado pela CPCJ do Entroncamento, a qualidade de intervenção dos seus membros, técnicos e outros profissionais, apesar das limitações com que se debatem diariamente.-----

Finalmente, o Bloco de Esquerda apoiará a criação do Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental preconizado pela CPCJ, com vista ao diagnóstico, prevenção, reparação e proteção das crianças e jovens em risco.-----

--- **Pedro Gonçalves (CDS)**: O CDS quer alertar que existe uma pedra angular da ineficácia da sua intervenção, que reside na morosidade dos processos e na falta de respostas apropriadas para cada situação. A existência deste Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental deveria ser algo que o Município, nos próximos tempos, poderia e deveria providenciar, em conjunto com a CPCJ, para que seja uma realidade, porque antes de os casos chegarem à CPCJ, o CAFAP vai diagnosticar e vai fazer uma prevenção e reparar situações sociais graves que, assim, poderiam ser evitadas, porque hoje as famílias são cada vez mais disfuncionais, a família tradicional existe cada vez menos e há necessidade do apoio psicossocial às famílias, seria bom que acontecesse ainda durante este ano.-----

PONTO NÚMERO CINCO -----

DESIGNAÇÃO DE QUATRO REPRESENTANTES LOCAIS PARA A EQUIPA PARA A IGUALDADE NA VIDA LOCAL (EIVL), no âmbito do Protocolo de Cooperação entre o Município do Entroncamento e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, assinado no dia 6 de junho de 2019.-----

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, recordando que se trata de um pedido da Câmara Municipal para que este Órgão indique os representantes da Assembleia Municipal para integrar a equipa para a Igualdade na Vida Local, nos termos do ponto 3 da cláusula 5.^a do Protocolo de Cooperação assinado entre o Município do Entroncamento e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.-----

--- **O Sr. Rui Maurício, Presidente da Junta de Freguesia de S. João Baptista**, referiu ter já acordado com o Presidente da Junta de Freguesia de N. Sra. de Fátima, Sr. Ezequiel Estrada, que este último iria fazer parte desta equipa.-----

--- **O deputado Carlos Matias (BE)** esclareceu que o que ficou consensualizado na reunião da Comissão Permanente foi que esta equipa seria constituída por um Presidente de Junta e por um representante de cada Partido com mais votos. Foi assumido que cada Partido indicaria um nome e seria essa a lista para ser posta à votação.-----

--- **O Sr. Presidente da Assembleia** perguntou à bancada do Partido Socialista se têm algum nome a propor.-----

--- **Manuel Martins (PS):** A Bancada do Partido Socialista indica a Dra. Fernanda Maria Estevens Vieira Maurício, residente no Entroncamento, licenciada em Gestão de Recursos Humanos e Comportamento Organizacional, pelo Instituto Politécnico de Tomar. Tem desenvolvido atividade e colaborado na área da igualdade de género em diversas entidades, nomeadamente a apresentação pública do guião “Pensar Local, Agir Global” da sua autoria e consequente colaboração na elaboração de um Plano Municipal para a Igualdade de Género, Cidadania e não Discriminação em articulação com o V Plano Nacional para a Igualdade, desenvolvido pelo Serviço de Apoio Social do Município do Entroncamento.-----

--- **Manuel Faria (PSD):** Começou por referir que parecia que o Sr. Presidente da Assembleia estava a referir-se a outra forma de designação dos elementos, pelo que era de lembrar o que ficara estabelecido na reunião da Comissão Permanente. Seguidamente apresentou a candidata da bancada do PSD:-----

Maria João Pedro, Licenciada em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, Pós-Graduada em Proteção de Menores pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, detém especialização em Mediação Familiar. É Mestre em Serviço Social pelo Instituto Superior Miguel Torga.-----

Em termos profissionais detém experiência significativa como: Assistente Social - Câmara Municipal do Entroncamento; Mediadora Familiar - Ministério da Justiça; Formadora de Cidadania e Profissionalidade - IEFP Santarém; Assistente Social - Agrupamento de Escolas de Marrazes; Assistente Social - Agrupamento de Escolas de Coruche; Diretora Técnica - Centro de Apoio Social de Parreira. Acrescentou ainda que Maria João Pedro é uma pessoa e uma profissional de enorme competência e dedicação e de enorme sensibilidade e empatia social.-----

--- **Carlos Matias (BE):** O Bloco de Esquerda apresenta como candidata Anabela Cavalheiro, licenciada em Ciências da Educação e com Mestrado em Igualdade de Género. -----

--- **O Presidente da Assembleia** procedeu então à votação por escrutínio secreto, tendo sido obtidos 22 votos a favor e 1 voto em branco, ficando, assim, nomeadas as seguintes pessoas como representantes da Assembleia Municipal para integrar a equipa para a Igualdade na Vida Local, nos termos do ponto 3 da cláusula 5.ª do Protocolo de Cooperação assinado entre o Município do Entroncamento e a Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género:-----

--- Sr. Ezequiel Soares Estrada, Presidente da Junta de Freguesia de N. Sra. de Fátima;-----

--- Sra. Fernanda Maria Estevens Vieira Maurício;-----

--- Sra. Maria João Mourão Rosa Pedro; e-----

--- Sra. Anabela Campos Franco da Silva Cavalheiro.-----

PONTO NÚMERO SEIS -----

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio, no domínio das Áreas Portuário-Marítimas-----

---O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, presente para conhecimento, informando que se trata da aceitação, por parte da Câmara Municipal, de transferência de competências no âmbito da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários e gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária.-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- O deputado **Antônio Ferreira (CDU)** declarou o seguinte:-----
-- “Defendemos aqui nesta Assembleia, em sessões anteriores, que não estavam reunidas as condições para o Governo transferir competências para as autarquias e por isso a CDU se pronunciou contra todas as transferências de competências, apesar de terem vindo sempre os documentos para conhecimento e não para votação. -----
Entretanto, em meados de fevereiro, o Governo admite o adiamento da transferência de competências para as autarquias de 2021 para 2022, nas áreas da educação, saúde e ação social, de acordo com as informações tornadas públicas. É já o reconhecimento de que não estão reunidas as condições para transferir essas competências e indicia um recuo. -----
O amplo consenso, caiu por terra.-----
Construído de cima para baixo e sem qualquer fundamentação, o processo de transferência de competências para as autarquias tem-se revelado numa profunda desresponsabilização do Governo e de transferência de encargos para autarquias, colocando em causa a universalidade das funções sociais do Estado e contribuindo decisivamente para o aprofundamento das desigualdades territoriais. -----
É enorme a contestação das autarquias em relação ao processo de transferência de competências, como foi visível no encontro realizado no passado mês de janeiro no Porto e onde apelaram ao Governo para suspender o processo. -----
Isto não é descentralização. Descentralizar não é ser executor das políticas definidas por outros. Descentralizar implica execução, mas implica também decisão de planeamento, programação e quando aplicáveis fiscalização. Portanto não se está perante nenhum processo de descentralização, mas sim da transferência de problemas por resolver, sem estarem garantidas condições e meios. -----
Caso venha a concretizar-se, o atual processo de transferência de competências só irá agravar as assimetrias existentes. Por isso o que se impõe é a reversão do atual processo de transferência de competências e a promoção de uma verdadeira descentralização, que permita a articulação entre os três níveis de poder, central, regional e local, com a criação das regiões administrativas, eleitas diretamente pelas populações e potencie a melhoria dos serviços públicos através de uma delimitação de competências que assegure ao Poder Local e Regional os meios necessários, no respeito pela sua autonomia administrativa e financeira e uma efetiva coesão territorial. Assim, mais uma vez, a CDU vai pronunciar-se contra estas transferências de competências impostas de cima para baixo e que constam dos pontos 6 e 7 desta ordem de Trabalhos”-----

PONTO NÚMERO SETE-----

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 116/2019, de 21 de agosto, no domínio da cogestão das Áreas Protegidas-----

--- O Presidente da Assembleia introduziu o ponto, presente para conhecimento, informando tratar-se da aceitação, por parte da Câmara Municipal, de transferência de competências no domínio da cogestão das áreas protegidas.-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

PONTO NÚMERO OITO-----

LANÇAMENTO DE PETIÇÃO PARA CRIAÇÃO DO DIA NACIONAL DO FERROVIÁRIO-----

---O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, presente para conhecimento, informando que o mesmo se refere à seguinte petição pública lançada pela Medway, que pode ser assinada online e sobre a qual a Câmara Municipal manifestou o acordo unânime acerca da importância desta iniciativa:-----

“A MEDWAY lançou uma petição para apelar à implementação do “Dia Nacional do

Ferrovári”, a 28 de outubro, data em que se realizou a primeira viagem de comboio em Portugal, em 1856, entre Lisboa e o Carregado, percorrendo 37 Km.-----
Com a criação desta data, a MEDWAY pretende celebrar um sector histórico fundamental para o País e homenagear todos os que trabalham e já trabalharam nos caminhos-de-ferro portugueses.-----

Mas o que verdadeiramente importa comemorar e recordar são os ferroviários que fazem circular os comboios e os trabalhadores da ferrovia e das empresas de caminhos-de-ferro. Por muito que a tecnologia evolua, os ferroviários continuarão a ser fundamentais e determinantes. É, por isso, mais do que justo que se comemore o Dia Nacional do Ferrovári”.-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Manuel Faria (PSD):** Louvamos esta iniciativa e relembramos que o Entroncamento ergueu o “Monumento Nacional ao Ferrovári” no ano de 2008, por iniciativa do PSD.-----

--- **Carlos Matias (BE):** A bancada do Bloco de Esquerda considera muito meritória esta iniciativa. Ela toca-nos particularmente na medida em que a ferrovia esteve na génese deste concelho. O nascimento, o crescimento e, esperemos, o futuro do Entroncamento, é marcado pelo suor, pelo saber, pela capacidade de trabalho e pela entrega de muitos ferroviários e das suas famílias.-----

A ferrovia e os ferroviários é que são, verdadeiramente, a marca identitária do nosso concelho. Portanto, para além de um justo tributo a quem tanto contribuiu e contribui para o desenvolvimento de Portugal, a instituição do Dia Nacional do Ferrovári traduzir-se-á também e de alguma forma para a afirmação do nosso concelho como “Cidade Ferrovária”.- Sabemos existirem na Assembleia da República algumas resistências à criação de novos “dias nacionais”, resistências talvez compreensíveis perante alguma proliferação pouco controlada dessas datas, verificada a dada altura.-----

Mas será desejável que todos os partidos compreendam o papel fundamental dos ferroviários, nalguns casos, pioneiro. Pela sua dimensão nacional, pelo seu esforço, pela singularidade do seu trabalho --- agora e no futuro --- os ferroviários bem merecerão essa distinção.-----

Assim também o entenda, portanto, quem tem a decisão nas suas mãos.-----

--- **António Ferreira (CDU):** A CDU entende que a existência de um dia dedicado ao ferrovári, deve ser no sentido de ser um dia marcado pela melhoria das condições de vida e trabalho e não apenas para ser um dia de “elogios” aos trabalhadores, mas que de seguida vêm negadas as suas justas reivindicações. Essa data deve envolver as organizações representativas dos trabalhadores, seus sindicatos”.-----

PONTO NÚMERO NOVE-----

CÓDIGO DE CONDUTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, presente para conhecimento, informando que o mesmo estabelece um conjunto de princípios e normas de autorregulação e de orientação que devem ser observados pelos que exercem funções na Câmara Municipal do Entroncamento, no seu relacionamento com terceiros, aplicando-se ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, aos membros dos gabinetes de apoio à presidência e à vereação, aos titulares de cargos dirigentes e aos trabalhadores do Município do Entroncamento.-----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

-- Foram feitas as seguintes intervenções:-----

--- **Manuel Faria (PSD):** Apenas uma referência para algo que nos parece omisso na escrita e muitas vezes na prática, e que se pode aplicar quer ao exercício de funções na CME como também nesta Assembleia. Para isso recordamos com algum desapontamento, as palavras do

Sr. Presidente Luís Filipe Antunes, e permita-me que o cite na 1.ª sessão de tomada de posse desta Assembleia. Disse o Sr. Presidente: “Manifesto especial respeito e estima a todos que antes de nós que aqui estamos, em cargos anteriores que foram exemplos de dedicação e compromissos com o bem público, sem esperar que do exercício dessas funções ter alguma coisa em troca, senão a consciência de ter servido bem.”-----

Uma palavra final para o executivo, realçando que saber ouvir, compreender e explicar, são grandes virtudes democráticas compatíveis com projeto claro e determinado, livre das teias de interesses e clientelas.”-----

E por último, deixamos uma questão: Este código de conduta permite ou não contratos de prestação de serviços com eleitos do PS?-----

PONTO NÚMERO DEZ-----

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA REDE DE CARREGAMENTO PARA VEÍCULOS ELÉTRICOS-----

--- O Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto, presente para conhecimento, informando que o mesmo se refere a um protocolo para a promoção da mobilidade elétrica, a celebrar entre o Município do Entroncamento e a empresa True-Kare, Serviços e Equipamentos, Lda.-----

A proposta visa a instalação de 22 postos de carregamento para veículos elétricos em 2020, e 3 adicionais por ano entre 2024 e 2030. A tipologia de operação é de 22 KW, correspondendo aos carregadores do tipo Semi-Rápido. A localização dos postos de carregamento obedecerá às necessidades urbanas, por acordo entre as duas entidades e respeitará os licenciamentos necessários. Pretende-se promover comportamentos e práticas mais sustentáveis assumindo-se como modelo e contribuindo assim para a sensibilização de todos quantos compõem a instituição. -----

--- A Assembleia tomou conhecimento.-----

--- Todas as deliberações desta Sessão Ordinária foram tomadas em minuta, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão quando eram zero horas e cinquenta minutos do dia 29 de fevereiro de 2020.-----

--- A presente ata, depois de lida e visada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: